

O EMBATE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS EM TORNO DAS PROPOSTAS DE PRIVATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Ariane Oliveira de Sousa Torres (UERJ)
ariane.o.sousa@gmail.com

RESUMO

A motivação deste trabalho vem da grave crise que as universidades públicas brasileiras têm enfrentado nos últimos anos, em especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele propõe a análise da relação de embate, a partir do primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008), de textos produzidos em torno de tal temática e como eles se articulam com a política de privatização das instituições de nível superior. O período de crise econômica pelo qual a UERJ passou nos últimos anos fez voltar a circular discursos que afirmam que o ensino superior é muito caro e que medidas como filantropia, cobrança de mensalidade ou parceria com o mercado são necessárias. Instaurou-se, então, uma arena de batalhas discursivas, colocando-se de um lado a defesa de práticas neoliberais e do outro a resistência a elas. Acredita-se que, com a análise das pistas linguísticas dos textos escolhidos, é possível destacar a dimensão política dos discursos e trazer à tona o embate de forças que se constroem em determinadas práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1997).

Palavras-chave:

Interdiscurso. Universidade. Prática Discursiva

1. Introdução

Nos últimos anos, os cortes nos investimentos direcionados às Universidades têm comprometido a qualidade de ensino e o avanço de pesquisas. Em 2016 e 2017, uma grave crise atingiu a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Houve atraso no repasse da verba de custeio, fazendo com que suas dívidas chegassem aos milhões, prejudicando seu funcionamento por falta de manutenção e segurança e transformando sua imagem de uma das melhores instituições do país para símbolo do abandono e do descaso do governo com a educação. Além disso, técnicos administrativos, professores e bolsistas sofreram constantes e absurdos atrasos de pagamento. Já os programas de pesquisa, tão importantes para o avanço científico não só da Universidade, mas do estado como um todo, foram afetados pela falta de verba que também atingiu as agências de fomento, como a FAPERJ, por exemplo.

Durante esse período, muitos falaram que o que estava acontecendo com a UERJ era um balão de ensaio para as demais universidades públicas do país. Infelizmente, o tempo veio corroborar essa tese, pois es-

tamos vivenciando um dos períodos mais críticos no que tange à questão dos investimentos no ensino superior. Além dos cortes e congelamentos provocados pela PEC 241, os ataques diretos à imagem das universidades ou ao modo como o pouco dinheiro que têm recebido é administrado têm se tornado mais constantes e agressivos.

É possível afirmar que toda essa crise é fruto da falta de interesse do governo e de grupos dominantes em investir em educação, ciência e tecnologia. No caso da UERJ, por exemplo, o repasse de 6% da receita tributária líquida do estado, garantido por lei, nunca foi cumprido. E é aí que ganham ainda mais forças os discursos que afirmam que o ensino superior público é muito caro e que medidas como filantropia, cobrança de mensalidade ou parceria com o mercado são necessárias. No entanto, seria uma falácia afirmar que isso garantiria igualdade de condições, pois

(...) a cantilena ‘os ricos devem pagar pelos pobres’ significa, em primeiro lugar, que os ricos são vistos como cidadãos (pagam impostos e mensalidades) e os pobres não (mesmo que saibamos que, neste país, os ricos não pagam impostos); em segundo lugar, que a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres; em terceiro lugar, que a cidadania, reduzida ao pagamento de impostos e mensalidade, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática de justiça. (CHAUÍ, 2001, p.181)

Durante a crise da UERJ, foi preciso, inúmeras vezes, reafirmar sua importância dentro do cenário nacional. Circulavam na mídia e nas redes sociais discursos que pregavam seu fim ou a necessidade de privatização. Instaurou-se, então, uma arena de batalhas discursivas, colocando-se de um lado a defesa de práticas neoliberais e do outro a resistência a elas: estas apresentavam dados estatísticas de produções acadêmicas, as políticas públicas em que a UERJ foi pioneira, as leis que garantem a autonomia universitária (e não são cumpridas), os bons resultados em rankings nacionais e internacionais; aquelas defendiam a parceria com o mercado, a cobrança de mensalidade ou filantropia como solução.

É sobre esse embate discursivo de que se trata este trabalho. A partir da análise das pistas linguísticas dos textos escolhidos, pretende-se destacar a dimensão política dos discursos e trazer à tona o embate de forças que se constroem em determinadas práticas discursivas. Acredita-se, também, que registrar academicamente este momento de crise em que estamos inseridos e analisá-lo serve tanto de aprendizado como de resistência para este e outros enfrentamentos, pois

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políti-

cas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial. (SANTOS, 2011, p. 18)

É preciso ressaltar que este trabalho, pequeno recorte de uma dissertação em fase inicial, é fruto de uma crença na pesquisa acadêmica como forma de posicionamento político. Enquanto a Academia seguir negando que existe uma relação entre conhecimento e poder, o trabalho do pesquisador estará se afastando cada vez mais de seu papel social. E, mais do que nunca, é preciso encontrar formas de defender nossas universidades.

As próximas páginas trarão a descrição teórico-metodológica de como se planeja encaminhar este trabalho. Primeiramente, será descrito como deverá ser feito o levantamento e o recorte do *corpus*. Posteriormente serão apresentados os dois pilares do percurso de análise que constituirá a pesquisa: a relação que se tentará estabelecer com a Análise Institucional e a Análise do Discurso de linha francesa. Daquela, serão destacados os conceitos de cartografia, dispositivo e rizoma; desta, interdiscurso e prática discursiva.

2. A produção do *corpus*

O *corpus* da pesquisa será constituído por discursos produzidos no período entre 2016 e 2017 que tenham como tema central a crise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e que tenham circulado por jornais digitais. Num primeiro momento, percebeu-se que o conjunto de todos os textos desse período, com essa temática, é bastante heterogêneo e numeroso: notícias, reportagens, artigos de opinião, notas de esclarecimento, de apoio ou de repúdio, cartas abertas, editoriais, páginas em redes sociais etc. Por isso, fez-se necessário estabelecer um recorte: serão analisados os artigos de opinião publicados em grandes jornais do país, em versão *on-line*, quetinham como tema a crise da UERJ.

Tal escolha se justifica por se considerar que, ao circular em grandes jornais, tais textos têm um enorme alcance de leitores e é capaz de construir uma imagem do tema que propõem debater diante da sociedade. Acredita-se, então, que por ter tal alcance, este gênero foi a escolha tanto daqueles que tentavam defender o modelo de universidade pública

e gratuita que a UERJ mantém, como o próprio reitor, sub reitores e professores da instituição, quanto daqueles que defendiam o discurso neoliberal de financiamento.

É importante ressaltar, ainda, que o peso de estar publicado em um jornal de grande circulação é outra característica foi levada em conta na escolha da composição do *corpus*. Refletir sobre o papel do suporte na construção de sentidos é extremamente necessário. Ao abordar a noção de *mídiu*, ou seja, do suporte em que o texto circula, Maingueneau diz que ele

(...) não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O *mídiu* não é um simples ‘meio’, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do *mídiu* modifica o *conjunto de um gênero de discurso*. (MAINGUENEAU, 2013, p.81)

Ou seja, diferenciamos os textos de opinião que foram publicados em jornais daqueles que saíram em notas oficiais de instituições, em páginas de redes sociais, em cartas de apoio à universidade pelo peso que o suporte agrega ao conteúdo discursivo, além do seu modo de circulação e seu destaque social.

A busca por esses textos tem sido um trabalho árduo. A principal fonte de busca tem sido os compartilhamentos, no *Facebook*, de páginas como *UERJ resiste*, *Alunos, técnicos e docentes da UERJ*, *Comissão de mobilização dos técnico-administrativos da UERJ*, a página oficial da Universidade e do reitor e os perfis de professores e colegas da instituição. Tem-se acessado tais páginas e buscado, nos períodos de 2016 e 2017, compartilhamentos de links que possam levar a tais artigos de opinião. Além dessa forma de busca, outra maneira tem sido entrar diretamente nos sites dos jornais e, preencher os campos de pesquisa com palavras chaves como “UERJ” ou “CRISE DA UERJ”. Sites de busca como o *Google* também são utilizados como fonte.

Essa busca, ainda inicial, já apontou detalhes interessantes do espaço discursivo delimitado: muitos textos foram produzidos como respostas diretas a outros textos, estabelecendo ou concordância, ou relação divergência. É o caso, por exemplo, do texto do Ministro Luis Roberto Barroso, que defendia novas formas de financiamento para a universidade pública. Dele “derivaram” um editorial do jornal *O Globo*, em concordância, e um artigo de opinião do Professor Bruno Leonardo Sobral, publicado no *Jornal do Brasil*, em discordância¹. Essa característica do

⁸² BARROSO, Luis Roberto. Por um novo modelo para financiar a universidade. *O Globo*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.direitoglobal.com.br/noticias/barroso-e-a-uerj-2/>. Acesso em: 30 ago. 201; EDITORIAL. Crise na UERJ reacende debate sobre

corpus é significativa para evocar o que diz Bakhtin: “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2011, p.300)

Acredita-se que a produção desse *corpus* poderá levantar pistas de como o embate das formações discursivas produzidas durante a crise da UERJ podem suscitar uma reflexão em torno do modo que tem sido travada a batalha em busca da sobrevivência da universidade pública e gratuita.

3. *Contribuições da Análise Institucional*

Neste item, serão introduzidas breves considerações sobre conceitos da Análise Institucional que contribuirão, numa interlocução com os estudos discursivos, para a análise a que a pesquisa se propõe. Trata-se de um caminho de análise que tenta desemaranhar as relações de poder no interior de uma instituição ou organização, expondo o não dito que muitas vezes, no cotidiano, acaba se naturalizando. Surgiu na França, na década de 1960, e, segundo Rocha e Deusdará, “atualiza sua vocação política quando se coloca no cruzamento de uma macropolítica e de uma micropolítica, ou se preferirmos, quando explora o tema da institucionalização, voltando-se para os embates entre as formas instituídas e as forças instituintes” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2017, p. 113). Dessa abordagem analítica, serão fundamentais os conceitos de rizoma, cartografia e dispositivo para o desenvolvimento da pesquisa.

O rizoma é uma metáfora, inspirada na botânica, apresentada por Deleuze e Guattari no texto de introdução à obra *Mil Platôs*. Trata-se de uma espécie de modelo de análise não hierárquico, em um ponto se conecta com qualquer outro ponto numa rede de forças e enfrentamentos, colocando em jogo a relação signos de diversas naturezas, contrapondo-se ao modelo “ávore-raiz” aplicado, por exemplo, no gerativismo:

universidade gratuita. **O Globo**, Rio de Janeiro. 22 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-na-uerj-reacende-debate-sobre-universidade-gratuita-20806568>. Acesso em: 30 ago. 2018; SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. O sentido público de uma universidade como a UERJ. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 22 jan. 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2017/01/22/o-sentido-publico-de-uma-universidade-como-a-uerj>

O rizoma se estende e desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações, remetendo à formação radicular da batata, da grama e da erva daninha. Ele não opera pelo jogo de oposição entre o uno e o múltiplo, não tem começo, fim ou centro, nem é formado por unidades, mas por dimensões ou direções variáveis, além de constituir multiplicidades lineares ao mesmo tempo em que é constituído por múltiplas linhas que se cruzam nele, formando uma rede móvel, conectando pontos e posições. Deve-se ainda ter em conta o aspecto subterrâneo de uma formação rizomática, que leva a um problema de visibilidade imediata dessa complexa e intrincada teia de relações. (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 51)

Deleuze e Guattari enumeram, ainda, os princípios que caracterizam o funcionamento do rizoma:

- Princípios de conexão e de heterogeneidade: quer dizer que qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro, formando uma rede que articula signos, organizações de poder, valores etc, “colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22).

- Princípio de multiplicidade: rejeição do pensamento centrado no Uno e no Mesmo, como sujeito ou como objeto; afirmação da inexistência de uma “unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 23).

- Princípio de ruptura assignificante: por também compreender linhas de desterritorialização e de fuga, o rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer ponto, como pode retomar sua operação em qualquer uma de suas outras linhas:

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 25)

- Princípio de cartografia e de decalcomania: diferente do modelo pivotante da “árvore-raiz”, o rizoma não permite a aplicação da noção de “eixo genético”. Deleuze e Guattari afirmam que aquele modelo estrutural assume a lógica do decalque e da reprodução, enquanto este assume a lógica do mapa: “um mapa

tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30). Desse modo, analisar um modelo rizomático exige um olhar cartográfico, voltado a uma experimentação baseada no real.

Esse último princípio nos leva, então, ao segundo conceito: a cartografia. Trata-se de uma metodologia, formulada a partir de um diálogo entre as ideias de Foucault e Deleuze, que valoriza o plano da experiência. Ela não se faz de modo prescritivo nem estabelece objetivos pré-determinados, se constrói através de pistas que orientam o percurso do pesquisador. Ao contrário da ciência moderna, que isola o objeto, o método cartográfico busca investigar suas articulações históricas e suas conexões com o mundo para que, assim, possa desarticular as linhas dos dispositivos.

Trabalhar com a cartografia significa “acompanhar pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando o os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17). O cartógrafo, desse modo, não busca uma explicação fechada e definitiva sobre o objeto com que trabalha, ele não tem a intenção de desvendar o mundo. O cartógrafo encontra-se mergulhado nas intensidades, nas linhas dos dispositivos que conectam relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, práticas de resistência.

[A cartografia] Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (PRADO FILHO; TETI, 2013)

A respeito dos dispositivos, Giorgio Agamben explica que é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Constitui-se de uma rede de elementos heterogêneos, como leis, discursos, instituições, edifícios, e tem uma função estratégica em uma relação de poder.

A crise pode ser analisada a partir do conceito de dispositivo, se pensarmos que ela teve uma função estratégica para assegurar a implementação de medidas políticas que muito pouco beneficiaram a população, mas que estavam aliadas ao mercado. Ela também alterou as rela-

ções de trabalho, o comportamento daqueles que foram assujeitados por suas consequências.

O papel da cartografia é desvendar as relações de força dos dispositivos, seus mecanismos de subjetivação e resistência. Desse modo, acredita-se que ela será capaz de desemaranhar o dispositivo “crise” através da análise dos embates discursivos que se cruzam como num rizoma. Ao se desenhar esse traçado, pode-se afirmar que tanto os discursos produzidos, quanto as políticas adotadas pelo governo e os modos de resistência estão interligados numa rede de forças, em que estão em jogo valores, expectativas, jogos de poder, crenças, compromissos, desejos etc.

4. *A análise do discurso*

No presente item, será feita explicitação dos referenciais dos estudos discursivos que darão sustentação às análises da pesquisa. A proposta do trabalho se situa na Análise do Discurso surgida na França, na década de 1960, como uma espécie de crítica às insuficiências apresentadas pela Análise de Conteúdo. Esta se baseia num modelo rígido de ciência positivista, em que a neutralidade do método é importante para o alcance de resultados precisos. Desse modo, os planos subjetivo e ideológico são afastados do objeto de pesquisa.

Além disso, na Análise de Conteúdo, a linguagem é vista apenas como representação e o texto como algo que está encobrendo uma significação não aparente a um primeiro olhar, e é essa significação encoberta que se deseja recuperar. “Existiria uma verdade a ser recuperada por intermédio da ciência. Nesse sentido, a concepção de linguagem em jogo reproduz inequivocamente um projeto de representação de um real pré-construído” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 311).

Em contrapartida, a Análise do Discurso propõe, no plano discursivo, a articulação entre a linguagem e o social, perpassados pelo contexto ideológico, atrelando sujeito e história aos estudos linguísticos. Nesse tipo de abordagem, existe a consciência de que toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade. Ele “não descobre nenhuma ‘dimensão oculta’ do real (trata-se de um real quer sociológico, quer psicológico), mas participa de uma intervenção sobre o social” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 320).

Uma das principais contribuições dos estudos discursivos é a noção de interdiscurso: um discurso não é uma identidade fechada e sua significação se constitui sempre na relação com outros discursos. Em

Gênese dos discursos, Maingueneau apresenta o conceito do primado do interdiscurso, afirmando que

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais identidade fechada. (MAINGUENEAU, 2008, p. 35)

Essa noção de interdiscurso, que dialoga tanto com o dialogismo bakhtiniano quanto com a heterogeneidade constitutiva de Authier Revuz, é repartida em três níveis por Maingueneau: o *universo discursivo*, que é o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada (MAINGUENEAU, 2008, p. 33); o *campo discursivo*, “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34), englobando, por exemplo, o campo político, o filosófico, o religioso etc.; e o *espaço discursivo*, que são “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante por em relação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Os dois primeiros níveis pouco têm a contribuir para o trabalho do pesquisador, por outro lado, o espaço discursivo está ligado diretamente aos procedimentos metodológicos de produção do material a ser analisado. Ele é o “resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão, em seguida, confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35). Relacionando tal procedimento ao trabalho aqui proposto, os textos escolhidos serão aqueles produzidos durante a crise da UERJ e que se encontram no campo jornalístico. Ainda que inicialmente, é possível afirmar que eles poderão se caracterizar pelo enfrentamento, por pertencerem a posições de embate no interior do espaço discursivo.

Nessa perspectiva de enfrentamento, nota-se que se circunscrevem grupos que se posicionam seja em defesa do ensino público e gratuito, seja em defesa de modelos de privatização. Sobre esse aspecto, seria interessante trazer o que Maingueneau apresenta como *prática discursiva*. Segundo essa noção, o discurso, ao ser enunciado, instaura uma comunidade de apoio ao mesmo tempo em que é autorizado por essa comunidade. Essa articulação entre discurso e comunidade de sustentação está submetido a um mesmo sistema de coerções semânticas. Isso coloca em xeque a ideia de que haveria um exterior, uma instituição anterior ao

discurso e formula a hipótese de que ambos estão submetidos, simultaneamente, aos mesmos processos de estruturação.

As organizações devem ser vistas em associação ao modo de enunciação dos grupos, que neste caso estão em embate, e às produções textuais. Por isso, deverá ser observado nos textos que serão analisados os vocábulos utilizados com frequência pelos enunciadores que se inscrevem em princípios neoliberais, como, por exemplo, os que estão no campo semântico de *mercado* ou *privatização*. Observa-se, também, esse grupo possui um tom acusativo, de advertência, e costuma estar em aliança com as políticas de austeridade aplicadas pelo governo. Aliás, não é pouco comum que os enunciadores desse posicionamento sejam representantes do Estado (juizes, desembargadores, o próprio Secretário de Ciência e Tecnologia).

Em oposição, os que defendem a manutenção da gratuidade e da gestão pública utilizam vocábulos do campo semântico de *Estado*, *público* e *gratuito*. Esse grupo precisa manter um tom de defesa, tendo a necessidade de provar que, mesmo com as dificuldades encontradas, consegue produzir bons resultados. Então é comum que sejam professores da instituição e que se apoiem em dados que destaquem o sucesso do trabalho que é empreendido pela universidade ou que apontem falhas nas políticas governamentais. Diante desses aspectos, é interessante pensar que

A comunidade discursiva é pensada como grupos que produzem e gerenciam um certo tipo de discurso, portanto as instituições produtoras de um discurso não são mediadoras transparentes. Os modos de organização dos homens e de seus discursos são inseparáveis: a enunciação de uma formação discursiva supõe e torna ao mesmo tempo possível o grupo que lhe está associado. (SOUSA E SILVA; ROCHA, 2009, p. 18)

A prática discursiva apresenta, ainda, a ideia de um *modo de coexistência* dos textos em um dado discurso: “cada texto que pertence a um discurso reafirma os contornos do espaço do citável que a biblioteca atualiza, tesouro dos enunciados válidos” (MAINGUENEAU, 2008, p.130). Fazendo um paralelo com a pesquisa em desenvolvimento, isso se torna interessante para a investigação de quais enunciados estão autorizados a constituir os mecanismos de ataque ou defesa à universidade pública. Quais vozes, referências e textos são trazidos para a produção dos discursos de que cada lado desse embate.

Essa biblioteca é também um mecanismo de qualificação dos enunciadores que pertencem a uma determinada formação discursiva. É o que Maingueneau chama de *vocação enunciativa*: “condições assim postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se inscreva, ou,

melhor, se sinta ‘chamado’ a inscrever-se nela” (MAINGUENEAU, 2008, p.130). Os envolvidos na defesa da UERJ, como universidade pública e gratuita, podem ser vistos como sujeitos que estão de acordo com um determinado posicionamento, engajados, que exercem uma atividade dentro da universidade.

Esses discursos vão circular de alguma maneira e é a rede institucional que vai desenhar a *rede de difusão* e o *modo de consumo dos discursos*. À época, para os textos que defendiam a UERJ e, em geral, era importante ter o maior alcance possível, pois eles apresentavam estatísticas, resultados, as leis que estavam deixando de ser cumpridas, as reais condições de trabalho no interior da universidade. Então, estar apenas no site do jornal não era o suficiente: era aí que entravam as redes sociais. Elas eram responsáveis pelos inúmeros compartilhamentos em páginas que, muitas vezes, foram criadas em forma de resistência ao difícil período. Desse modo, os textos deixavam de ser apenas artigos de opinião em jornal e passavam a ser formas de protesto. Essa rede de difusão também será analisada.

5. Conclusão

Neste trabalho, tentou-se explicitar os caminhos metodológicos que nortearão o desenvolvimento da pesquisa que será empreendida ao longo da produção de uma dissertação de mestrado. O mais importante foi delimitar a articulação entre os princípios da Análise Institucional e da Análise do Discurso. Os instrumentos teóricos que ambas disponibilizam são capazes de constituir uma análise do objeto em questão e da forma como tem sido atualizado o debate em torno da precarização do ensino superior no Brasil.

Espera-se que as pistas linguísticas de cada texto indiquem a dimensão política do embate construído em torno dessa temática. O que é preciso dizer para se criar a imagem de falência do modelo de universidade pública que se tem hoje? E o que é preciso dizer para defendê-lo?

Apesar de existir uma vasta literatura que se propõe a pensar a universidade em nosso país, esse tema se torna extremamente relevante pelo atual momento que ela está enfrentando. Não se sabe, ainda, quais evidências tais pistas indicarão, mas é certo que se tentará construir um instrumento de análise para uma importante reflexão sobre a construção desse embate e como ele se reflete na crise da universidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CHAUÍ, M. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução. In: *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. I*. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. In: *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: *Alea*.v.7, n. 2, p. 305-22, jul-dez, 2005.

_____; _____. Dispositivos da análise institucional para explicitação da dimensão política das práticas discursivas. In: *Revista Moara*. v. 47, n. 1, p. 108-127, jan-jun 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Por que ler gênese dos discursos?. In: *ReVEL*. vol.7, n. 13, p.1-25, 2009.